



O PAPEL DO LEGISLATIVO DISTRITAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

Emendas parlamentares de 2016 a 2024

Frederico **Bertholini**

Lucio **Renno**

Andrea **Cabello**

Ana Maria **Nogales**

Guilherme **Viana**

Thiago **Trindade**

João Gabriel R. P. **Leal***

*Pesquisador da Fiocruz e autor convidado

Sumário Executivo

Este relatório analisa o papel do Poder Legislativo do Distrito Federal na formulação e execução de políticas públicas através de emendas parlamentares entre 2016 e 2024. O estudo inédito mapeia e quantifica a distribuição dessas emendas, investigando sua alocação por áreas de políticas públicas, órgãos governamentais e a influência da posição política dos parlamentares (governo vs. oposição). A pesquisa também examina o impacto de inovações na governança orçamentária, como os sistemas SISCONEP e SisCAEP, na transparência e execução dessas emendas.

Os resultados revelam um aumento na eficiência da execução orçamentária ao longo do tempo e mudanças nas prioridades de investimento, com crescente foco em despesas correntes em áreas como educação e cultura. A análise comparativa entre as emendas do legislativo e os gastos diretos do executivo evidencia prioridades distintas na alocação de recursos para diferentes políticas públicas.

Os principais resultados indicam:

- Entre 2016 e 2024, as emendas parlamentares totalizaram R\$5,48 bilhões aprovados. A média anual de valor aprovado foi de R\$609 milhões. No mesmo período, o valor efetivamente pago das emendas foi de R\$3,14 bilhões. A média anual de valor pago foi de R\$348 milhões.
- Aumento significativo na execução orçamentária das emendas a partir de 2019-2021, período subsequente à implementação do SISCONEP e do SisCAEP, sugerindo que essas inovações contribuíram para maior efetividade na alocação de recursos. Mesmo com a impositividade das emendas no DF sendo condicionada, a diferença entre os valores autorizados e pagos diminuiu. Em 2024, o total de valores pagos em emendas alcançou R\$524 milhões.
- As emendas (valores pagos) têm apresentado um crescimento expressivo das despesas correntes, enquanto os investimentos permanecem relativamente estáveis ao longo do período. As despesas correntes saltaram de R\$82,7 milhões em 2016 para R\$425 milhões em 2024, enquanto os investimentos apresentaram uma ligeira variação, de R\$60,1 milhões em para R\$99,2 milhões no período.
- As áreas de Educação, Urbanismo e Cultura concentraram os maiores volumes de recursos pagos via emendas entre 2016 e 2024. Houve um aumento contínuo dos recursos destinados a custeio em Educação e Cultura, e uma retração nos investimentos em Urbanismo.

- Programas específicos dentro dessas áreas também apresentaram dinâmicas interessantes, com descontinuidades programáticas associadas à mudança de governo e aos Planos Plurianuais (PPAs) na Educação (Educa Mais Brasília substituído pelo programa Educadf) e Saúde (Brasília Saudável substituído pelo Saúde em Ação), enquanto na Cultura o programa Capital Cultural demonstrou continuidade institucional.
- Entre 2016 e 2024, a Secretaria de Educação do DF liderou a concentração de recursos pagos via emendas, com uma média anual de R\$86,3 milhões, seguida pela Novacap (R\$44,3 milhões) e pela Secretaria de Cultura (R\$42,4 milhões).
- A maior parte dos valores pagos (94,9%) foi destinada a proposições com apenas um autor.
- A oposição concentrou recursos em políticas com alto apelo público, especialmente Educação, enquanto o governo adotou uma alocação mais diversificada. Essa diferença foi mais acentuada no mandato Ibaneis I (2019-2022).
- Tanto o Legislativo quanto o Executivo priorizaram Urbanismo, Educação e Saúde, especialmente em termos de investimentos, embora o Legislativo tenha um foco mais específico em algumas áreas via emendas, enquanto o Executivo mantém uma alocação mais ampla.

Em suma, o estudo demonstra que o Poder Legislativo do Distrito Federal exerce uma influência significativa nas políticas públicas locais através da alocação de recursos orçamentários, e que as inovações institucionais implementadas contribuíram para aumentar a transparência e a execução dessas emendas. A análise detalhada dos padrões de alocação revela prioridades políticas distintas entre governo e oposição e ao longo dos diferentes mandatos. Este trabalho pioneiro abre caminho para futuras pesquisas que explorem mais a fundo o papel do Legislativo local na governança e na implementação de políticas públicas.

1. Introdução

Inovação na governança local geralmente enfoca o papel do Poder Executivo na implementação de novidades em estratégias de governança e formulação de políticas públicas. Os estudos tendem a enfatizar a participação cidadã em iniciativas governamentais, a construção de redes e inovações no processo decisório, mas sempre com foco no governo, raramente abordando o papel do Poder Legislativo (Abers 1998, Häikiö 2012, Teets & Noesselt 2020, Aranguren, Larrea & Wilson 2009, Kim 2021, Saich & Yang 2003).

Quando se trata do estudo de políticas públicas em nível local, a situação não é muito diferente. As pesquisas geralmente se concentram na fase de implementação do processo político, com grande diversidade entre as áreas de atuação estudadas (Bedsworth & Hanak 2013, Kostka 2014, Guglielmin et al. 2018). Novamente, pouco ou quase nada se discute sobre o impacto do Poder Legislativo local na formulação e execução das políticas públicas.

Este artigo propõe uma nova abordagem ao incorporar o Poder Legislativo no estudo da governança local e da inovação em políticas públicas. Isso ocorre à luz da crescente atenção que o papel orçamentário do Congresso Nacional, em especial da Câmara dos Deputados, tem recebido ao longo dos anos no Brasil (Mesquita et al. 2015, Bertholini et al. 2018, Bonfim et al. 2023, Faria 2023). Assim, as experiências de análise do impacto orçamentário do Congresso em nível nacional serão aplicadas a um estudo de caso local. O foco deste trabalho é o perfil distributivo da intervenção legislativa na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal.

Até onde sabemos, esse é o primeiro estudo sistemático das emendas orçamentárias de parlamentares no Distrito Federal. Com abordagem comparativa, há o estudo da Transparência Internacional sobre emendas estaduais, mas não há outros que analisem em tanto detalhe o cenário local (2024).

O objetivo é mapear, com base em evidências empíricas extraídas de dados orçamentários do DF, as características das emendas apresentadas pelos deputados distritais. Dessa forma, exploramos o papel do Poder Legislativo na governança local por meio de uma forma específica de intervenção: a alocação de recursos orçamentários distritais.

Vale ressaltar que essa não é a única maneira pela qual o Legislativo pode atuar na governança local. Obviamente, é na Câmara Legislativa que propostas legislativas do governo ou de autoria dos deputados são debatidas e aprovadas. No entanto, é por meio da destinação de recursos distritais, via política orçamentária, que a atuação da Câmara Legislativa do Distrito Federal se torna mais tangível para a população e afeta diretamente e de forma imediata a oferta de serviços e bens à sociedade.

Além disso, há ferramentas inovadoras na governança das emendas orçamentárias locais que merecem destaque, pois podem ser replicadas em outros lugares para acompanhar o impacto do Poder Legislativo na alocação de recursos em nível local. Assim, analisamos como inovações na governança de emendas afeta sua alocação. Dessa forma, este é também um estudo sobre a introdução de inovações institucionais no nível local, que tratam diretamente da relação entre Poderes Legislativo e Executivo. Inovações, como dissemos, são quase sempre associadas exclusivamente ao Poder Executivo. Contudo, aqui, olhamos para avanços que afetam diretamente o poder legislativo em seu papel orçamentário.

Uma primeira é o Sistema de Controle de Emendas Parlamentares – SISCONEP^[1], instituído pelo Decreto nº 38.968, de 3 de abril de 2018, durante a gestão do governador Rodrigo Rollemberg. Recentemente, esse decreto foi substituído pelo Decreto nº 43.360, de 25 de maio de 2022, no primeiro mandato do governador Ibaneis Rocha. Essa inovação proporcionou maior transparência ao rastreamento, em tempo real, das emendas aprovadas na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, indicando quais foram pagas e quais não foram executadas. Com isso, os deputados distritais e toda a sociedade passam a ter acesso a informações sobre a destinação dos recursos das emendas individuais. Podem assim, cobrar sua execução e acompanhar o desembolso dos recursos, ampliando sua capacidade de monitoramento. Esperamos que essa inovação tenha alterado os padrões de alocação dos recursos, gerando maior pressão para que o governo execute o pagamento das emendas.

Além do SISCOPEP, outro mecanismo relevante é o Sistema de Propostas ao Caderno de Emendas Parlamentares – SisCAEP, que auxilia no direcionamento dos recursos das emendas parlamentares. Esse sistema indica os projetos governamentais que necessitam de financiamento, fornecendo ao Legislativo um guia sobre onde suas emendas seriam bem-vindas pelo Executivo e teriam maior prioridade de execução. O SisCAEP foi introduzido em 2017 para orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018 e consiste em uma lista de projetos do Executivo que demandam apoio financeiro do Legislativo. A Portaria Conjunta entre Secretaria de PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL e a Secretaria da CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS No. 47, de 27 de julho de 2018 estabelece sua regulamentação no Poder Executivo e o Ato da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças I de 2018 no âmbito da CLDF.

Esse mecanismo facilita a coordenação entre os dois poderes, aumentando a eficácia na destinação dos recursos. Os catálogos do SisCAEP podem ser acessados em: <https://www.economia.df.gov.br/sistema-de-propostas-ao-caderno-de-emendas-parlamentares-siscaep/>. Esperamos que a adoção desse sistema também tenha contribuído para aumentar a execução das emendas parlamentares.

Assim, no Distrito Federal, foram introduzidos mecanismos institucionais que fomentam a transparência, já bastante avançada no âmbito federal, mas também a coordenação entre os Poderes Executivo e Legislativo, claramente uma inovação local. No cenário nacional, existe transparência, que vem sendo reduzida com as modalidades coletivas de emendamento, mas não há coordenação. Talvez a lógica estabelecida no DF possa servir de exemplo.

Por último, cabe aqui mencionar que há em curso um grande processo de mudança da natureza das emendas orçamentárias, que passaram a ser impositivas no âmbito federal e em várias Unidades da Federação desde meados da década de 2010 (Transparência Internacional 2024; Bonfim et al. 2024; Farias 2023).

¹ (<https://www.economia.df.gov.br/sistema-de-controle-de-emendas-parlamentares-siscopep/>)

No âmbito nacional, há indicações de que essa mudança foi central para ampliar o grau de execução das emendas. No âmbito estadual e distrital há maior variação nessa efetividade, não obstante a maioria das UF's terem adotado algum mecanismo de impositividade.

Inclusive, no DF, há dúvidas sobre se as emendas são, de fato, impositivas. Em 2014, Emenda à Lei Orgânica alterando seu Artigo 150 estabeleceu a impositividade das emendas orçamentárias, mas sob condições que previam prioridade para áreas específicas de políticas públicas – educação, saúde, infraestrutura – e condicionadas à aprovação técnica do Poder Executivo. Na prática, essa situação mudou pouco a discricionariedade do Poder Executivo. Tanto é assim que hoje tramita na CLDF outra proposta de emenda – 05/2023 – que retira as condicionalidades, uma vez que se entende que o Poder Executivo ainda desfruta de significativa margem decisória. Contudo, como veremos, a taxa de execução de emendas tem subido imensamente, principalmente após 2019, permitindo especular que as mudanças institucionais dos sistemas implantados já surtiram efeito significativo.

Assim, no Distrito Federal, temos uma situação particular, que torna sua análise ainda mais interessante e necessária, pois permite avaliar se outros tipos de mudança, além da impositividade estrita, permitem ampliar a influência orçamentária do Poder Legislativo.

Neste estudo, analisamos os padrões de alocação orçamentária em nível local no Distrito Federal, utilizando dados oficiais de 2016 a 2024, para evidenciar impactos das inovações institucionais na governança orçamentária. Cabe destacar que antes de 2016 o rastreamento de emendas no Distrito Federal era muito precário e de baixa visibilidade. É a própria criação do SISCONEP e reformas no Portal da Transparência da Controladoria Geral do DF que facilitaram o acesso. Os anos de Governo Rodrigo Rollemberg, portanto, tiveram um efeito muito positivo na gestão das emendas orçamentárias, gerando maior transparência e coordenação inter-Poderes, levando a resultados que vieram a ser sentidos na gestão Ibaneis.

O fato de termos uma série temporal curta, que se sobrepõem os efeitos das mudanças institucionais à apenas a gestão de Ibaneis Rocha coloca um desafio metodológico, pois restringe a cobertura temporal da análise. Discutiremos essa questão na próxima seção do texto. De qualquer forma, mostramos como o Poder Legislativo tem influenciado as políticas públicas locais ao investigar a distribuição das emendas parlamentares entre diferentes áreas políticas e explorar variações de alocação entre os partidos políticos. Assim, este trabalho representa um primeiro exercício na análise do papel do Legislativo local na formulação e implementação de políticas públicas. Após a discussão metodológica, apresentamos resultados que apontam para os padrões mais gerais de execução das emendas orçamentárias, seguidos de desagregações por natureza do gasto, áreas de políticas públicas e diferenciando autoria.

2. Metodologia

O recorte temporal deste estudo abrange o período entre 2016 e 2024, com dados integralmente disponíveis online. Infelizmente, informações referentes a períodos anteriores não se encontram disponíveis ao público. Iterações futuras deste trabalho buscarão estender a série temporal analisada, com o objetivo de verificar de forma mais robusta os efeitos das mudanças institucionais promovidas. No momento, é difícil dissociar tais efeitos das variações atribuíveis à mudança de chefia no Poder Executivo local. Rodrigo Rollemberg foi sucedido por Ibaneis Rocha em 2019, após a vitória dele nas eleições de 2018. Assim, observa-se uma sobreposição significativa entre a troca de gestão e as alterações correlatas à introdução do SISCONEP, em 2018, com efeitos na Lei Orçamentária de 2019, e à criação do SisCAEP, em 2017, com repercussões a partir de 2018. Ou seja, é nos anos de transição entre gestões de governo que as mudanças institucionais são implementadas, se confundindo, assim, com o início de um novo mandato, de um novo governador e tornando muito difícil dissociar os fatores explicativos. Porque as mudanças institucionais ocorreram no final da gestão Rollemberg e foram sentidas apenas na gestão Ibaneis, é difícil diferenciar o que é efeito da gestão da coalizão por Ibaneis do que é consequência da mudança institucional.

Na linguagem metodológica, nos referimos a isso como um problema de simultaneidade que gera uma questão de identificação, dificultando destrinchar o efeito de causas distintas para explicar um mesmo resultado.

Os dados referentes às emendas parlamentares, bem como ao orçamento geral do Distrito Federal (DF), foram obtidos por meio do Portal da Transparência do DF (Transparência, 2024). As informações eleitorais dos parlamentares, utilizadas na categorização entre governo e oposição, foram extraídas do pacote electionsBR. A classificação entre situação e oposição foi baseada em dados disponíveis na Wikipédia (Wikipedia, 2025) e na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF, 2025). As análises foram realizadas por meio de técnicas estatísticas descritivas.

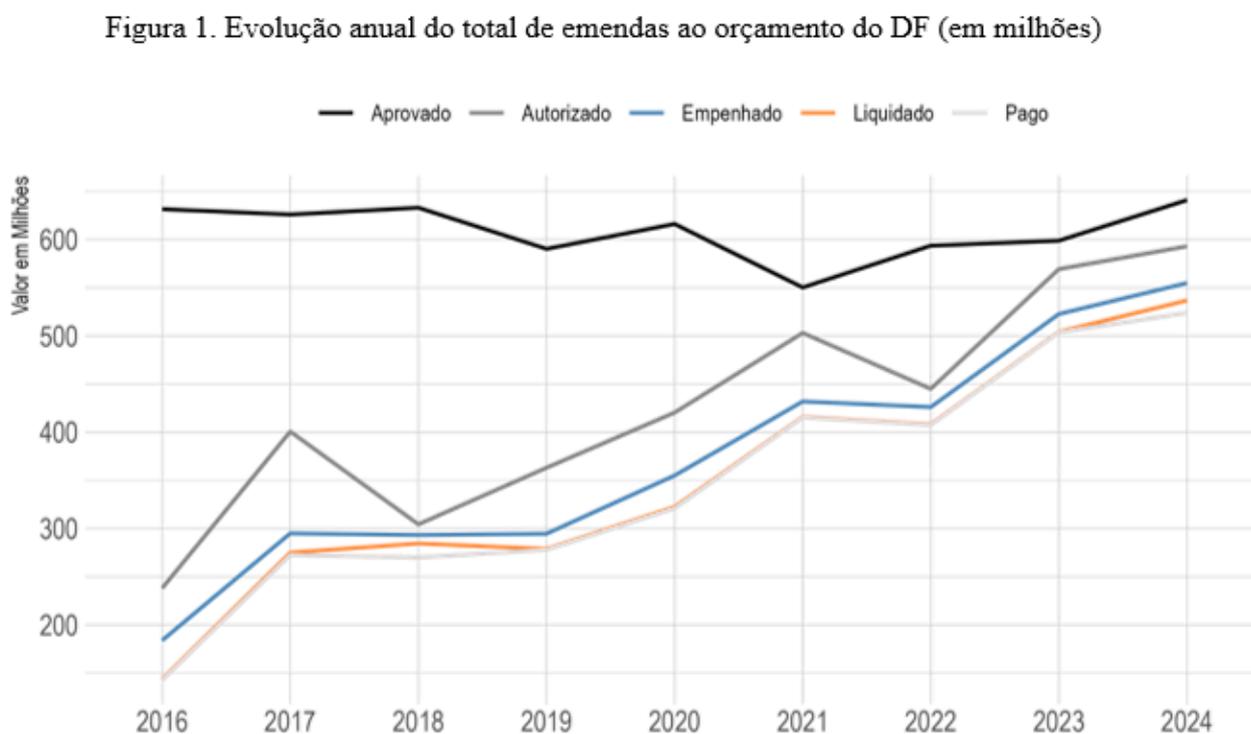
Com o intuito de permitir comparações ao longo do tempo e minimizar os efeitos inflacionários, todos os valores monetários foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tomando-se como referência o mês de janeiro de 2025.

Como estratégia analítica, as emendas parlamentares foram inicialmente comparadas quanto ao nível de execução orçamentária. Em seguida, foram analisadas as categorias de despesa, os tipos de políticas públicas beneficiadas, as secretarias do governo local que mais receberam recursos e, por fim, a distribuição dos valores entre parlamentares da base governista e da oposição. Para a organização, limpeza e visualização dos dados, utilizou-se o software R.

3. Resultados

Entre 2016 e 2024, as proposições parlamentares totalizaram R\$5.480 milhões em valores aprovados, com média anual de R\$609 milhões. Desses, R\$3.837 milhões foram autorizados (média anual de R\$426 milhões), R\$3.358 milhões foram empenhados (R\$373 milhões por ano), R\$3.170 milhões liquidados (R\$352 milhões por ano) e R\$3.135 milhões pagos (R\$348 milhões por ano). Os dados mostram que, em média, 57% do valor aprovado anualmente resultou em pagamentos efetivos.

Figura 1. Evolução anual do total de emendas ao orçamento do DF (em milhões)

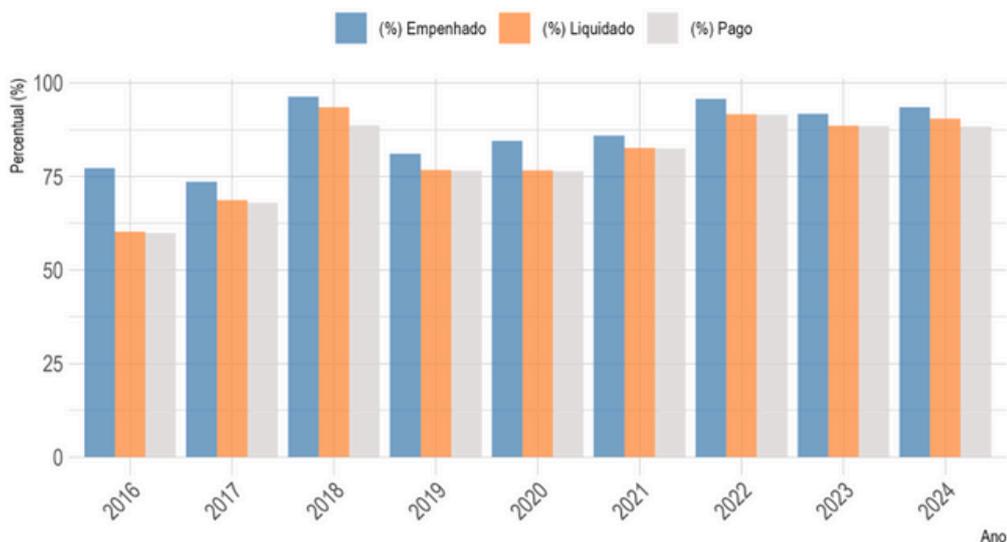


Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Valores a preços de jan/2025 segundo o IPCA.

A figura 1 apresenta a evolução das fases de execução orçamentária entre 2016 e 2024. Os valores aprovados permanecem os mais elevados ao longo dos anos, variando entre 550 e 641 milhões. Os valores autorizados exibem oscilações significativas, com picos em 2017 (401M) e 2023 (569M). Os montantes empenhados, liquidados e pagos seguem uma trajetória de crescimento contínuo, com um aumento mais expressivo a partir de 2020. Em 2016, a discrepância entre os valores aprovados (632M) e pagos (143M) era substancial, enquanto em 2024 essa diferença se reduziu (641M vs. 524M), indicando maior proximidade entre a previsão orçamentária e a execução financeira. A convergência progressiva entre os valores liquidados e pagos nos últimos anos mostra uma redução na diferença entre essas etapas da execução orçamentária. Fica claro que esse salto se dá entre 2019 e 2021, anos de implementação dos dois sistemas de acompanhamento e coordenação das emendas distritais. Assim, mesmo com uma dita impositividade, porém condicionada, a diferença entre autorizado e pago significativamente diminuiu. Os sistemas introduzidos parecem ter aumentado a execução de emendas. Novamente, será importante verificar como os dados se comportam no futuro, pois há uma sobreposição entre mandatos de Ibaneis Rocha e o funcionamento do sistema, tornando difícil isolar as causas.

Figura 2. Fases da execução de emendas parlamentares no DF, 2016-2024, percentuais em relação à fase de autorização



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

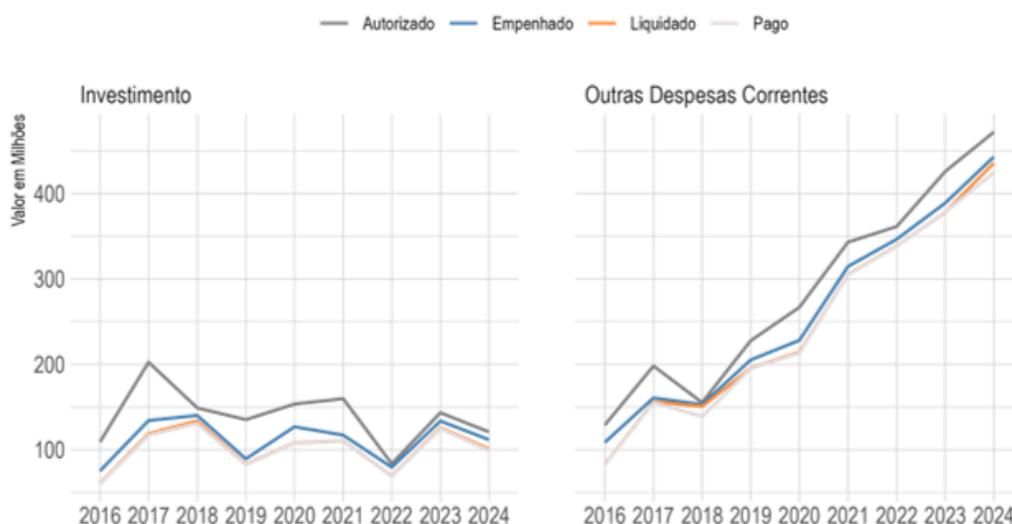
Nota: Os percentuais foram calculados com base na relação entre as diferentes etapas da execução orçamentária em relação a fase de autorização: Empenhado foi obtido dividindo o valor empenhado pelo autorizado (empenhado/autorizado), Liquidado foi calculado pela razão entre o liquidado e o empenhado (liquidado/empenhado), e Pago corresponde ao percentual de valores pagos sobre os liquidados (pago/liquidado).

A figura 2 apresenta a evolução percentual das fases de execução orçamentária de 2016 a 2024, separadas em três painéis: Empenhado, Liquidado e Pago. No primeiro painel, que mostra a relação entre os valores empenhados e autorizados, observa-se um crescimento gradual ao longo do período. Em 2016, essa proporção era de 77%, diminuindo para 74% em 2017, antes de atingir 96% em 2018. Em 2021, há uma nova oscilação para 86%, seguida por uma recuperação em 2023 (92%) e 2024 (94%). O segundo painel, referente ao percentual de liquidação sobre o empenhado, mostra uma tendência mais estável, variando entre 78% em 2016 e 97% em 2024. Os menores percentuais ocorreram em 2016 (78%) e 2020 (91%), enquanto os anos mais recentes indicam uma execução mais consistente, com valores próximos de 96% a partir de 2021. O terceiro painel exibe a relação entre pagamentos e valores liquidados, evidenciando uma alta taxa de execução. Em todos os anos analisados, os percentuais se mantêm acima de 95%, atingindo 100% em 2021, 2022 e 2023. Apenas em 2018 (95%) e 2024 (98%) há uma leve redução, mas ainda dentro de um intervalo elevado. A análise quantitativa reforça que, apesar de oscilações nas etapas de empenho e liquidação, o percentual de valores pagos sobre os liquidados se mantém estável e próximo de 100%, indicando uma conversão eficiente na última fase da execução orçamentária.

3.1 Natureza e execução

Constatada a mudança de padrão geral dos dados, com uma maior eficiência alocativa após a introdução das inovações institucionais, cabe detalhar melhor o perfil do gasto realizado pelo Poder Legislativo Distrital. Assim, exploramos agora como a CLDF escolhe investir os recursos oriundos de emendas parlamentares. Começamos pela discussão da natureza do gasto, se voltado para investimento, com gastos de capital, ou de custeio.

Figura 3. Evolução anual do total de emendas ao orçamento do DF (em milhões), por categoria de despesa



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

A figura 3 evidencia um crescimento expressivo das despesas correntes, enquanto os investimentos permanecem praticamente estáveis ao longo do período de 2016 a 2024. Os valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos para Outras Despesas Correntes aumentam substancialmente, saindo de 129 milhões autorizados em 2016 para 472 milhões em 2024. O valor liquidado cresceu de 83 milhões para 436 milhões no mesmo intervalo, e os pagos acompanham esse aumento, saindo de 82,7 milhões em 2016 para 425 milhões em 2024. A partir de 2020, há um crescimento ainda mais acelerado, com a liquidação ultrapassando 300 milhões em 2021 e mantendo essa tendência nos anos seguintes.

Já os investimentos, apesar de algumas oscilações, apresentam um comportamento muito mais estável. O valor autorizado flutua entre 109 milhões em 2016 e 121 milhões em 2024, sem tendência de crescimento relevante. O empenhado segue um padrão semelhante, variando entre 75,3 milhões (2016) e 112 milhões (2024), com pequenas oscilações ao longo dos anos. Os valores liquidados e pagos também se mantêm relativamente constantes. Os valores liquidados da natureza Investimento vão de 60,7 milhões em 2016 para 101 milhões em 2024. Já os valores pagos, oscilam entre 60,1 milhões em 2016 e 99,2 milhões em 2024.

O contraste entre as duas categorias sugere que o crescimento orçamentário está concentrado nas despesas correntes, enquanto os investimentos permanecem com níveis similares aos do início da série, sem acompanhamento da expansão observada no restante do orçamento.

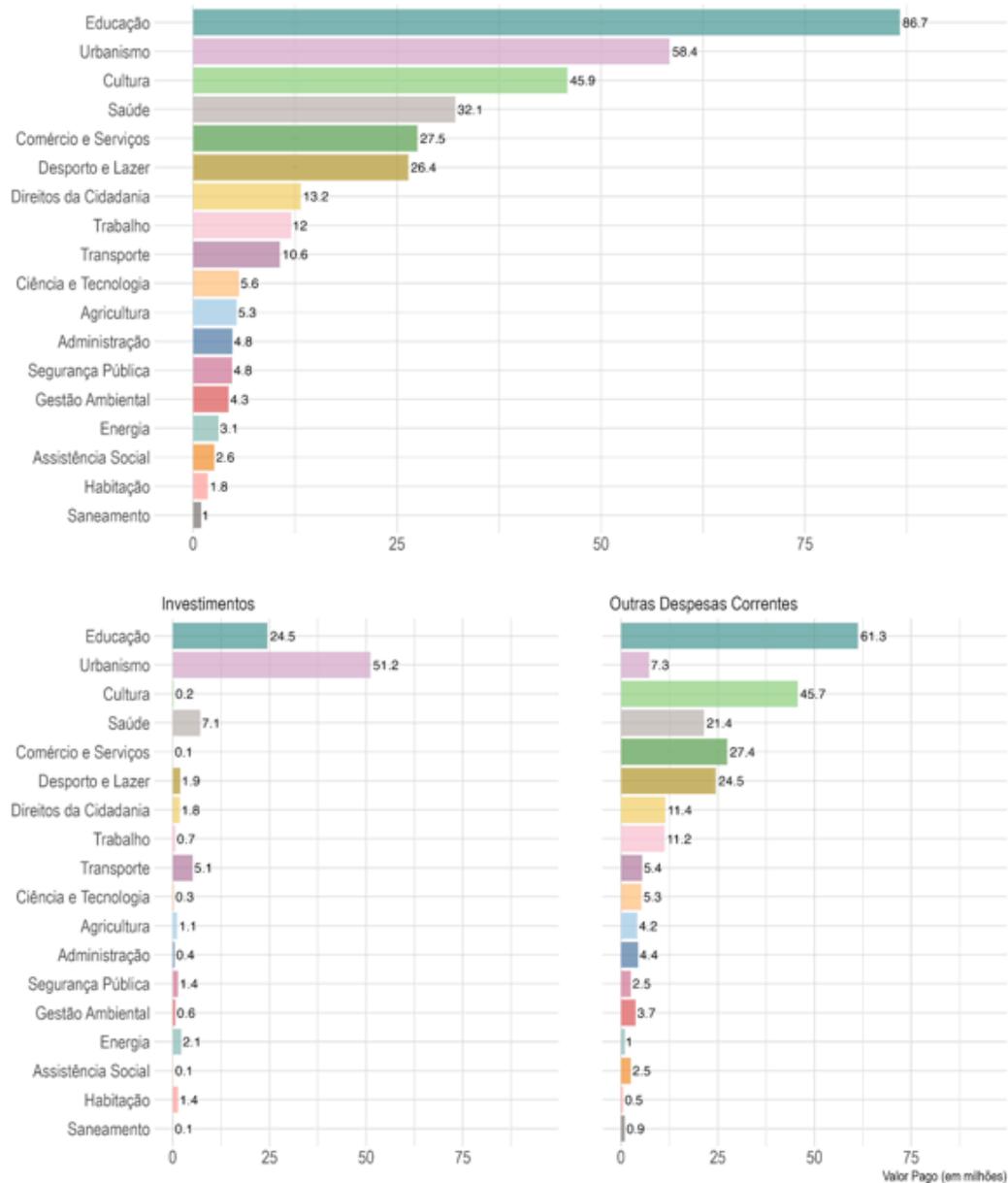
Nos últimos anos, as emendas deixaram de ser uma fonte de investimentos e passaram a ser uma fonte de custeio corrente para políticas públicas. No Distrito Federal, esses valores representam um percentual baixo em relação ao total de investimentos. No entanto, essa mudança pode ter ocorrido também em âmbito federal, onde as emendas vêm crescendo e se consolidando como uma parcela mais significativa do orçamento geral, especialmente quando comparadas à realidade do DF.

3.2 Políticas Públicas

Além da natureza da despesa, é fundamental entender em quais áreas de políticas públicas os parlamentares do DF alocam emendas. Isso permite visualizar as preocupações preponderantes sobre o conteúdo das emendas e que áreas são privilegiadas.

A Figura 4 apresenta os valores médios anuais pagos por emendas parlamentares entre 2016 e 2024, segundo a política pública, com dados organizados em três categorias: total geral, investimentos e outras despesas correntes. Observa-se que as áreas de educação, urbanismo e cultura concentram os maiores valores médios, com destaque para educação, que lidera tanto no total geral (R\$86,7 milhões) quanto nas despesas correntes (R\$61,3 milhões). No grupo de investimentos, urbanismo aparece em primeiro lugar (R\$51,2 milhões), seguido por educação (R\$24,5 milhões). Os dados indicam uma priorização de recursos em políticas voltadas à infraestrutura urbana e a setores sociais como educação e cultura.

Figura 4. Valores médios pagos por ano (2016-2024), segundo a Política Pública



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Valores a preços de jan/2025 segundo o IPCA. O indicador representa a soma total do valor pago por emenda em cada política pública entre 2016 e 2024. Após a soma dos valores, esse total foi dividido por nove (número de anos).

Na análise da figura 5 percebe-se que entre 2016 e 2024, as quatro funções mais relevantes na execução de emendas parlamentares no DF — Educação, Cultura, Urbanismo e Saúde — apresentaram trajetórias distintas em volume e natureza dos gastos.

A Educação liderou de forma consistente, somando R\$ 772 milhões pagos no período, sendo R\$ 538 milhões em despesas correntes e R\$ 234 milhões em investimentos. O volume de recursos aplicados em custeio cresceu continuamente desde 2016, saltando de R\$ 23 milhões em 2016 para mais de R\$ 81 milhões em 2024, enquanto os investimentos se estabilizaram num patamar elevado a partir de 2020.

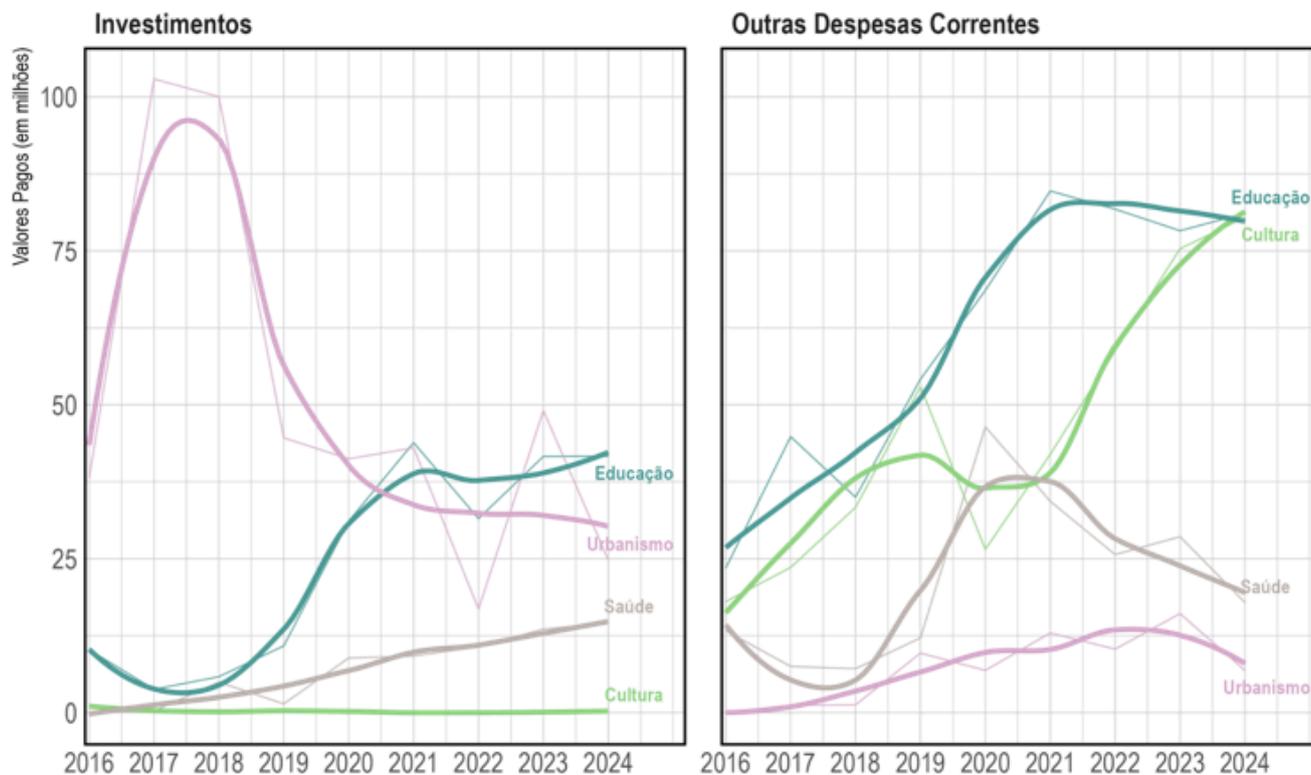
A Cultura, com R\$ 413 milhões pagos, concentrou quase todo esse valor em despesas correntes – R\$ 407 milhões, frente a apenas R\$ 6 milhões em investimentos. A função se destacou nos últimos anos: os valores pagos em custeio mais que triplicaram entre 2020 (R\$ 26 milhões) e 2024 (R\$ 80 milhões), tornando-se a segunda função com mais recursos em 2024.

O Urbanismo, que iniciou o período como a principal área de investimento – com R\$ 103 milhões em 2017 e R\$ 100 milhões em 2018 – perdeu espaço nos anos seguintes, chegando a R\$ 24 milhões em 2024. Ao todo, foram R\$ 346 milhões em investimentos e R\$ 180 milhões em despesas correntes, com discreto crescimento neste último grupo, sem compensar a queda acentuada dos aportes estruturantes.

A Saúde, com R\$ 257 milhões pagos no total, inverteu sua tendência ao longo da série: enquanto os valores correntes, que chegaram ao pico de R\$ 46 milhões em 2020, caíram para R\$ 17,9 milhões em 2024, os investimentos cresceram de forma consistente, partindo de praticamente zero em 2016 para R\$ 14,6 milhões em 2024. É relevante destacar que, embora se trate de um dos principais destinos da alocação orçamentária, o padrão observado das emendas distritais diverge daquele verificado em âmbito nacional, onde a saúde constitui como o principal destino das emendas federais (Silva, et al 2024).

Esses padrões revelam um realinhamento nas prioridades políticas das emendas parlamentares: há uma ênfase crescente em ações de custeio contínuo nas áreas sociais – notadamente Educação e Cultura – e uma retração progressiva dos investimentos em Urbanismo, tradicionalmente voltados para infraestrutura física.

Figura 5. Evolução anual do total de emendas ao orçamento do DF (em milhões), por



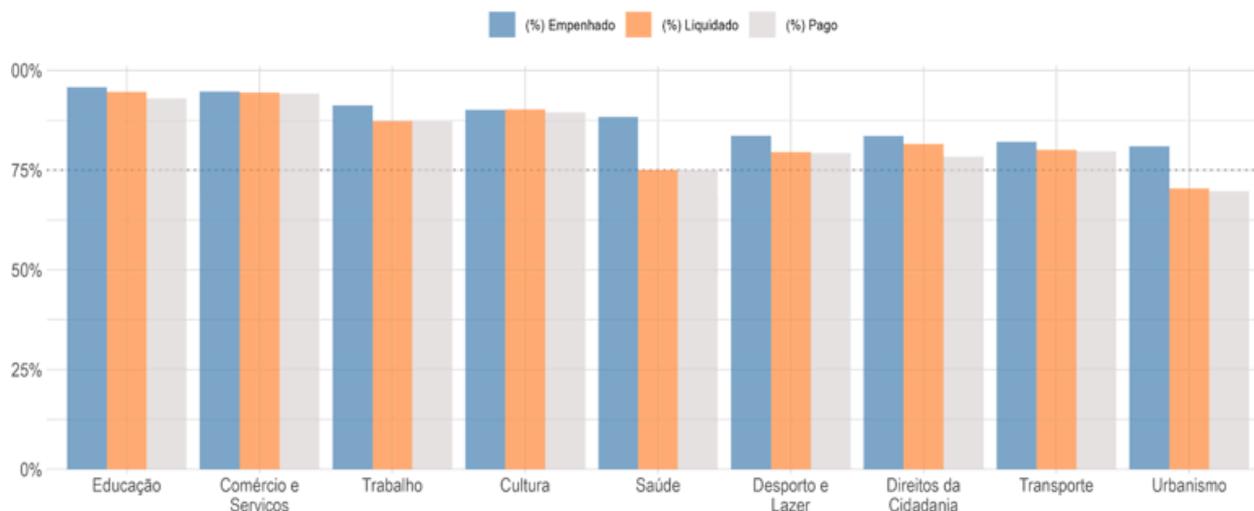
categoria de despesa e políticas públicas (2016-2024)

Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Valores a preços de jan/2025 segundo o IPCA. As linhas mais grossas representam as tendências observadas, enquanto as linhas mais finas correspondem aos valores reais por ano. Acompanha-se as quatro políticas públicas com mais destinação ao longo do tempo.

A Figura 6 apresenta a execução orçamentária média das emendas parlamentares entre 2016 e 2024, segundo a política pública, considerando os percentuais de valores empenhados, liquidados e pagos em relação ao total autorizado. Observa-se que as áreas de educação, comércio e serviços, trabalho, cultura e saúde apresentam os maiores percentuais de execução, com valores acima de 90% nas três etapas. Por outro lado, urbanismo e desporto e lazer registram os menores percentuais, especialmente na etapa de pagamento, indicando menor efetividade na execução dos recursos autorizados.

Figura 6. Execução média (2016-2024), segundo a Política Pública



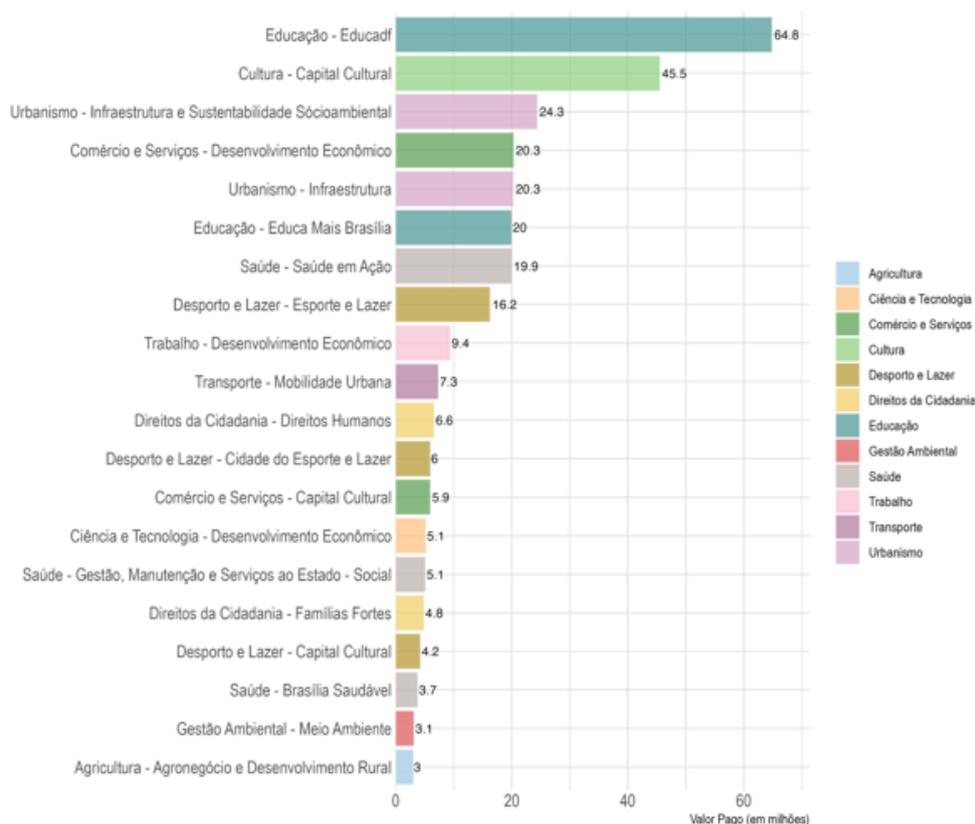
Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Os percentuais foram calculados com base na relação entre as diferentes etapas da execução orçamentária tendo como base o valor autorizado: Empenhado foi obtido dividindo o valor empenhado pelo autorizado ($\text{empenhado/autorizado}$), Liquidado foi calculado pela razão entre o liquidado e o autorizado ($\text{liquidado/autorizado}$), e Pago corresponde ao percentual de valores pagos sobre os autorizados (pago/autorizado).

A figura 7 apresenta a distribuição dos recursos pagos (em milhões) por função e programa de governo. Educação - Educadf recebeu o maior montante, com 64,8 milhões, seguido por Cultura - Capital Cultural com 45,5 milhões. Urbanismo - Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental aparece em terceiro lugar, com 24,3 milhões, sugerindo uma priorização de investimentos em infraestrutura urbana e sustentabilidade.

Outras áreas com alocações relevantes incluem Comércio e Serviços - Desenvolvimento Econômico (20,3 milhões), Educação - Educa Mais Brasília (20,0 milhões) e Saúde - Saúde em Ação (19,9 milhões), indicando um foco em desenvolvimento econômico, educação complementar e programas de saúde específicos. O esporte e lazer também aparecem com valores expressivos, como Desporto e Lazer - Esporte e Lazer (16,2 milhões) e Cidade do Esporte e Lazer (5,96 milhões). Programas de direitos humanos, transporte e meio ambiente receberam valores menores, variando entre 3 e 7 milhões.

Figura 7. Valores médios anuais pagos (2016-2024), segundo a Política Pública e o Programa



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Valores a preços de jan/2025 segundo o IPCA. O indicador representa a soma total do valor pago por emenda em cada política pública entre 2016 e 2024. Após a soma dos valores, esse total foi dividido por nove (número de anos).

A Figura 8 ilustra a trajetória dos valores pagos anualmente aos principais programas de quatro funções-chave — Educação, Saúde, Cultura e Urbanismo — entre 2016 e 2024. Esses programas foram selecionados com base na média de execução anual e agrupam-se por função, permitindo observar mudanças de prioridade e eventuais discontinuidades institucionais, muitas vezes associadas à troca de governo e à renovação dos Planos Plurianuais (PPAs).

Cabe recordar que o governo Rollemberg (PSB) foi responsável pela formulação do PPA 2016–2019, enquanto o governo Ibaneis (MDB) elaborou tanto o PPA 2020–2023 quanto o PPA 2024–2027. Como os PPAs são o principal instrumento de planejamento de médio prazo, suas transições costumam coincidir com mudanças significativas na estrutura programática do governo.

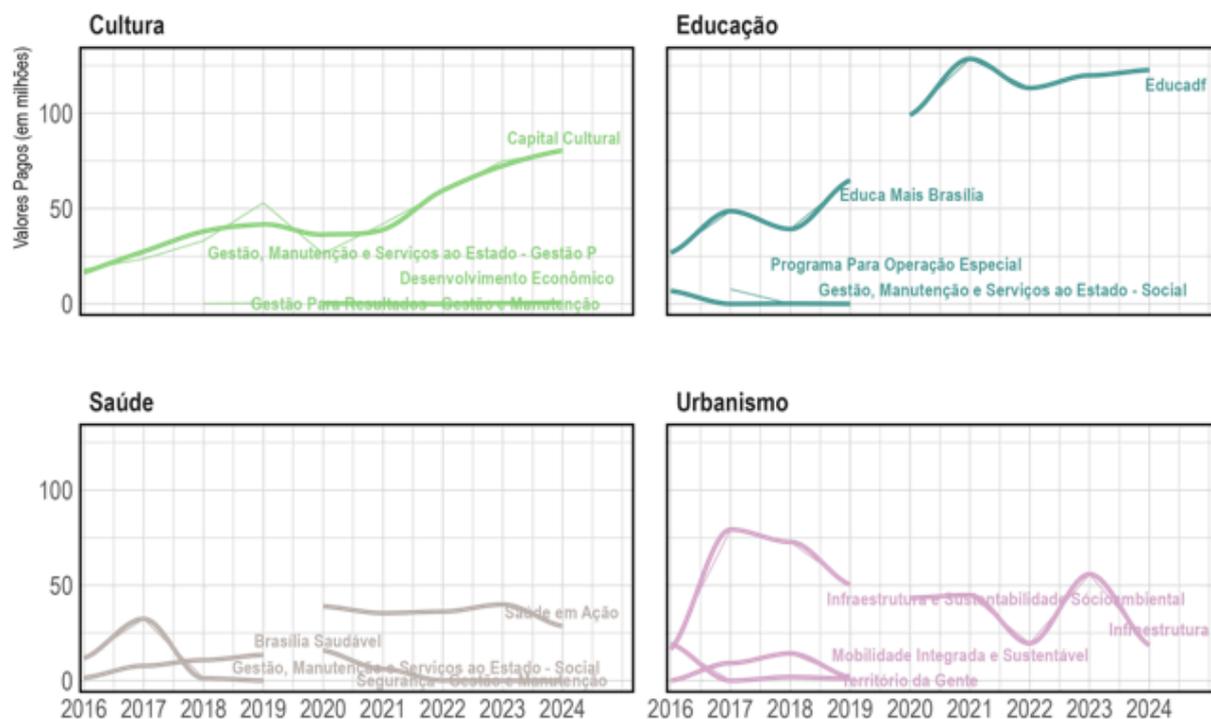
Na Educação, a descontinuidade programática é clara: até 2019, o destaque era o programa Educa Mais Brasília, com um pico de R\$ 64,8 milhões pagos. A partir de 2020 – primeiro ano do novo PPA – esse programa desaparece completamente, sendo substituído por Educadf, que passa a concentrar toda a execução e atinge R\$ 123 milhões em 2024. Essa troca sugere uma mudança deliberada na estratégia educacional, marcada por uma nova identidade programática no governo seguinte.

Na Saúde, o padrão se repete. Brasília Saudável, programa com valores relevantes até 2019 (ex.: R\$ 13,6 milhões em 2019), desaparece no PPA 2020–2023. Em seu lugar surgem Saúde em Ação e, em menor escala, Segurança – Gestão e Manutenção, com valores crescentes até R\$ 40 milhões em 2023, indicando reformulação da política com a mudança do ciclo de gestão.

A Cultura é exceção notável à regra. O programa Capital Cultural atravessa os três mandatos e dois PPAs, com crescimento consistente – de R\$ 18,2 milhões em 2016 para R\$ 79,6 milhões em 2024 –, sinalizando continuidade institucional, ainda que sob governos distintos.

Já o Urbanismo apresenta uma execução mais fragmentada. Durante o PPA 2016–2019, os recursos se concentraram em Infraestrutura e Sustentabilidade Sócioambiental, chegando a R\$ 79,3 milhões em 2017. Com o início do PPA 2020–2023, esse programa é substituído por Infraestrutura, que passa a liderar os valores pagos, mas com oscilações importantes. O programa Território da Gente, por exemplo, deixa de ser executado a partir de 2019, indicando descontinuidade típica da troca de ciclos orçamentários.

Figura 8. Evolução anual do total de emendas ao orçamento do DF (em milhões), por políticas públicas e programas mais beneficiados pelos emendamentos (2016-2024)



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: A seleção dos programas foi feita com base na média anual de execução orçamentária: para cada função, calcularam-se os valores pagos por programa em cada ano, obtendo-se a média ao longo do período; em seguida, foram selecionados os quatro programas com maior média por função. As linhas representam os valores pagos ao longo dos anos, enquanto os rótulos ao final de cada linha indicam o nome do programa correspondente. Os dados foram suavizados para facilitar a visualização de tendências (linhas intensas).

De acordo com a figura 9, entre 2016 e 2024, a Secretaria de Educação do DF concentrou, em média, R\$ 86,3 milhões pagos por ano via emendas parlamentares, consolidando-se como o principal destino desses recursos no período analisado. Esse valor é quase o dobro do registrado pela Novacap, que aparece em segundo lugar com média anual de R\$ 44,3 milhões, reforçando o papel da companhia como canal preferencial para intervenções urbanas.

Na sequência, destacam-se a Secretaria de Cultura (R\$42,4 milhões/ano) e a Secretaria de Turismo (R\$29,8 milhões/ano), ambas com perfil fortemente vinculado a políticas de presença simbólica e capilaridade territorial, muito valorizadas no jogo político distrital. A Saúde aparece apenas na quinta posição, com R\$26,8 milhões anuais, seguida por Esporte e Lazer (R\$23 milhões/ano), sugerindo uma alocação prioritária não necessariamente vinculada à magnitude das políticas, mas sim à visibilidade das ações financiadas. Na faixa abaixo dos R\$10 milhões anuais, figura a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (R\$9,18 milhões), evidenciando algum nível de atenção à pauta da inclusão produtiva e juventude, e DER/DF (R\$9,16 milhões).

Esse padrão de concentração sugere uma estrutura orçamentária altamente centralizada, na qual poucas secretarias absorvem a maior parte dos recursos pagos, o que pode ter implicações para a equidade territorial e para o fortalecimento institucional das áreas setoriais menores. A partir da 10ª posição, o ranking de órgãos com maior média anual de valores pagos revela uma expressiva redução nos montantes, o que evidencia uma forte concentração orçamentária nos primeiros colocados. A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude ocupa a 10ª posição, com média de R\$ 4,79 milhões/ano, indicando algum nível de priorização da pauta infantojuvenil, embora ainda com valores bem inferiores aos das áreas mais centrais como Educação e Cultura.

Entre a 11ª e a 20ª posições, aparecem órgãos como: Secretaria de Justiça e Cidadania (R\$ 4,33 mi), Administração Regional de Brazlândia (R\$ 3,34 mi), Secretaria de Agricultura (R\$ 2,89 mi), Secretaria de Obras (R\$ 2,73 mi), e Companhia Habitacional CODHAB (R\$ 2,47 mi).

Chama atenção também a presença de Administrações Regionais nesse intervalo: Plano Piloto, Ceilândia, São Sebastião, Recanto das Emas, Santa Maria, entre outras – com médias que variam de R\$ 1 a R\$ 3 milhões/ano. Isso indica que parte dos recursos pagos é descentralizada para instâncias locais, mas em volume bastante limitado.

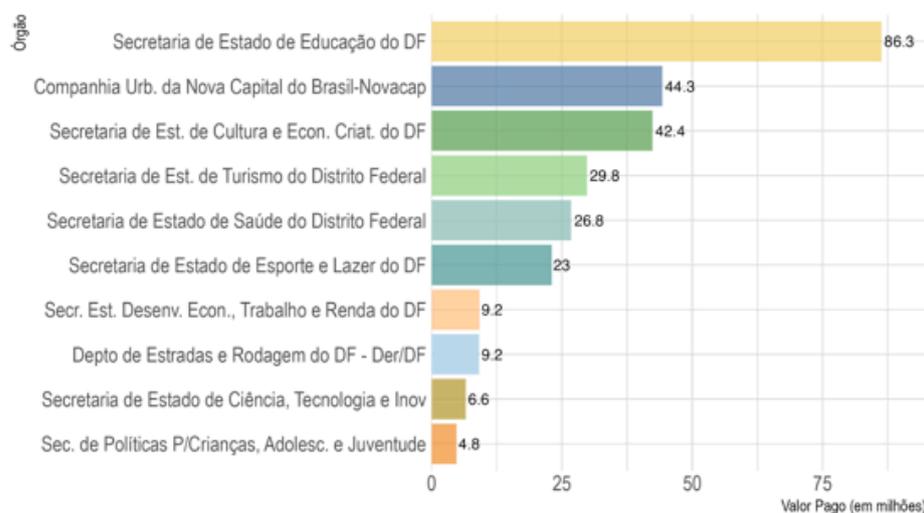
Órgãos técnicos e de apoio também aparecem com valores médios modestos: Polícia Civil (R\$ 2,14 mi) e PMDF (R\$ 2,01 mi), Secretaria do Meio Ambiente (R\$ 1,89 mi), Secretaria da Mulher (R\$ 1,74 mi), Defensoria Pública (R\$ 875 mil), FAP-DF (R\$ 502 mil), Hemocentro (R\$ 43 mil).

A partir da 30ª posição, o valor médio anual fica abaixo de R\$ 1 milhão – e em muitos casos abaixo de R\$ 100 mil, revelando uma série de órgãos com baixa ou nenhuma execução ao longo dos 9 anos, incluindo áreas estratégicas como: DF Legal, Secretaria de Juventude, Secretaria de Comunicação, Codeplan, UNDF, entre outros.

A análise mostra uma concentração de recursos em grandes pastas e em poucas áreas setoriais, com uma cauda longa de órgãos que operam com orçamentos muito limitados ou praticamente inexistentes – o que pode apontar para fragilidades institucionais, dificuldades de execução ou prioridades políticas bastante assimétricas no ciclo orçamentário do DF.

É importante notar que ao longo do período de 2016 a 2024, as Administrações Regionais do Distrito Federal receberam, em média, R\$ 21,5 milhões por ano, o que corresponde a apenas 6,2% do total de valores pagos no orçamento analisado. Os demais órgãos do GDF concentraram os R\$ 327 milhões anuais restantes, ou seja, 93,8% do total executado no período.

Figura 9. Valores médios pagos (2016-2024), segundo o Órgão do GDF



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Valores a preços de jan/2025 segundo o IPCA. O indicador representa a soma total do valor pago por emenda em cada política pública entre 2016 e 2024. Após a soma dos valores, esse total foi dividido por nove (número de anos).

A Figura 10 apresenta a execução orçamentária média das emendas parlamentares entre 2016 e 2024, segundo os órgãos do GDF, considerando os percentuais de valores empenhados, liquidados e pagos em relação ao total autorizado. Observa-se alta execução na maioria dos órgãos, com destaque para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, que atingiu praticamente 100% em todas as etapas. Por outro lado, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), a Secretaria de Esporte e Lazer e o DER/DF apresentaram os menores percentuais, especialmente na etapa de pagamento, indicando menor efetividade na execução dos recursos autorizados nesses órgãos.

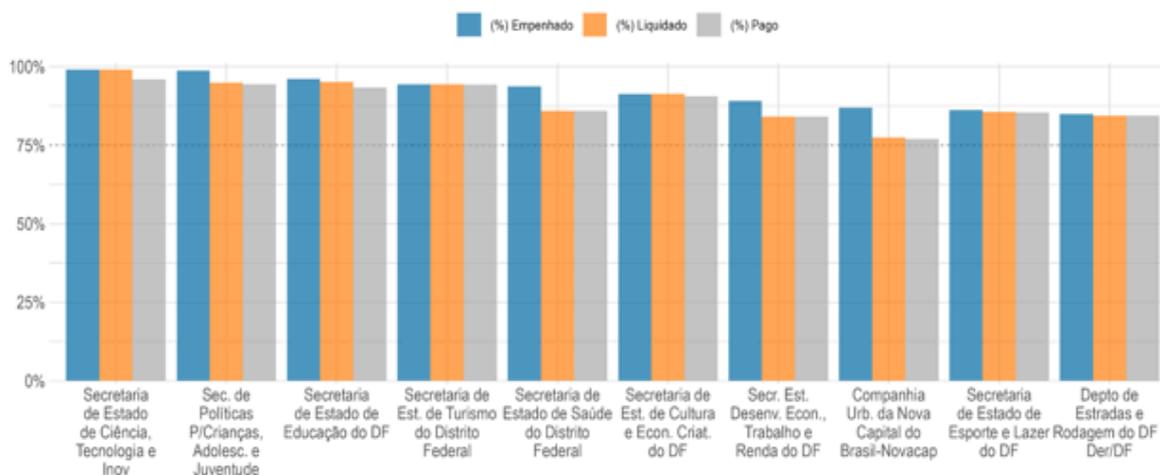


Figura 10. Execução média (2016-2024), segundo Órgão do GDF

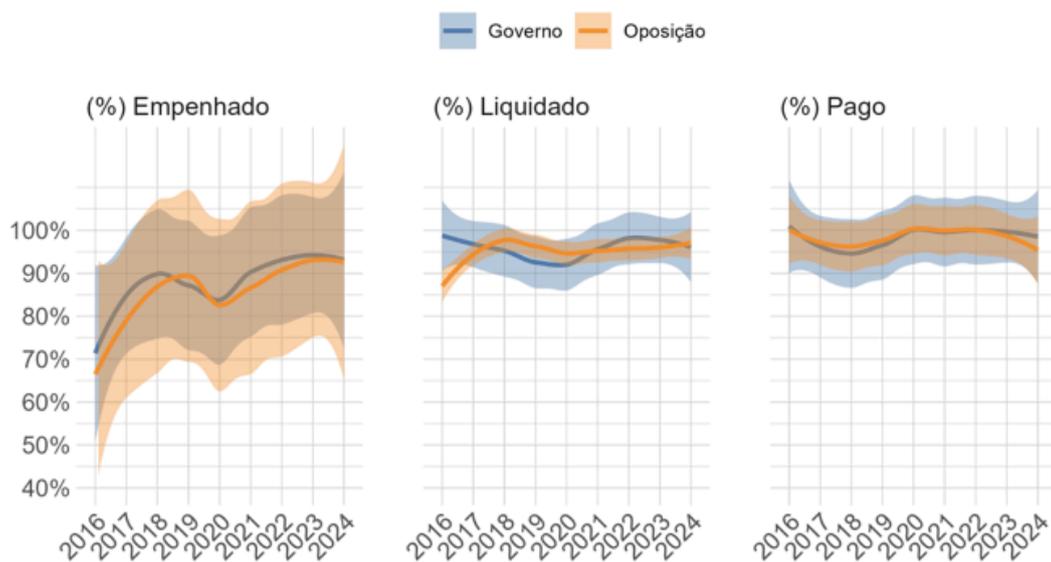
Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

3.3 Autores (Governo e oposição)

O último passo de nossa estratégia analítica é analisar diferenças nos padrões de gasto por autoria das emendas, diferenciando governo e oposição, mas também se parlamentares se engajam na autoria compartilhada de emendas.

A figura 11 mostra que a maior parte dos valores pagos (94,9%) está concentrada em proposições com apenas um autor, totalizando aproximadamente R\$ 2,97 bilhões. Proposições sem autores (mesa diretora) correspondem a 3,2% do total pago, o que equivale a cerca de R\$ 100,2 milhões. Já proposições com dois autores somam R\$ 59,9 milhões, representando 1,91% do montante. Por fim, proposições com três autores registram o menor volume de pagamentos, com R\$ 951,6 mil, ou 0,03% do total.

Figura 11. Emendas parlamentares no DF de acordo com os percentuais de execução orçamentária, segundo parlamentares que compõem o governo e a oposição

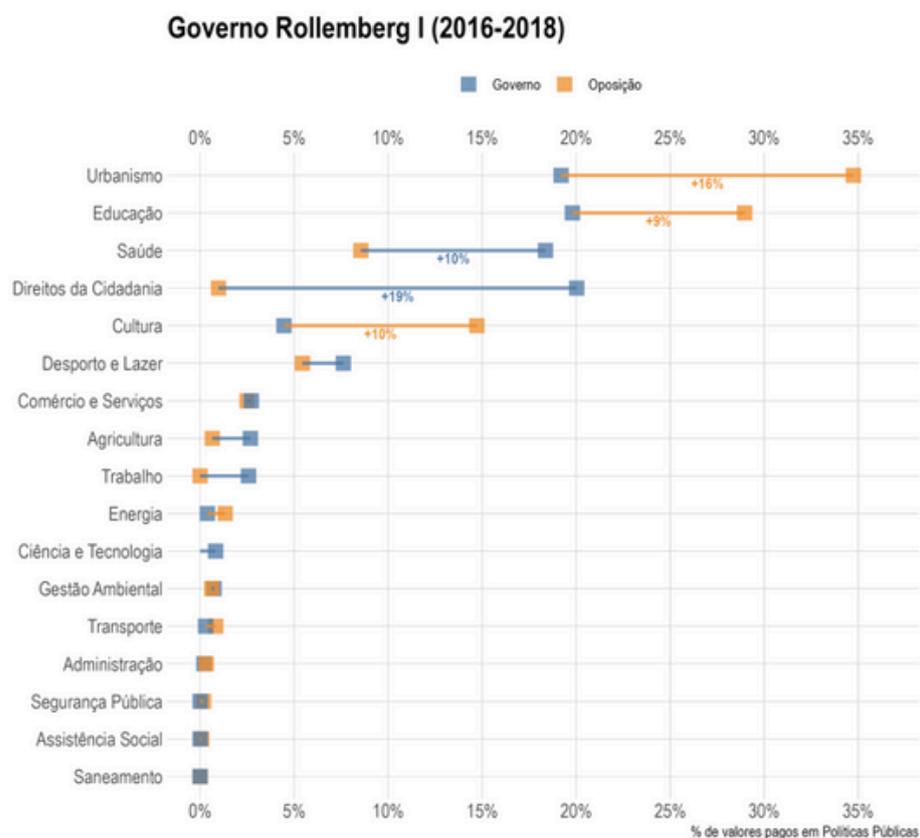


Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

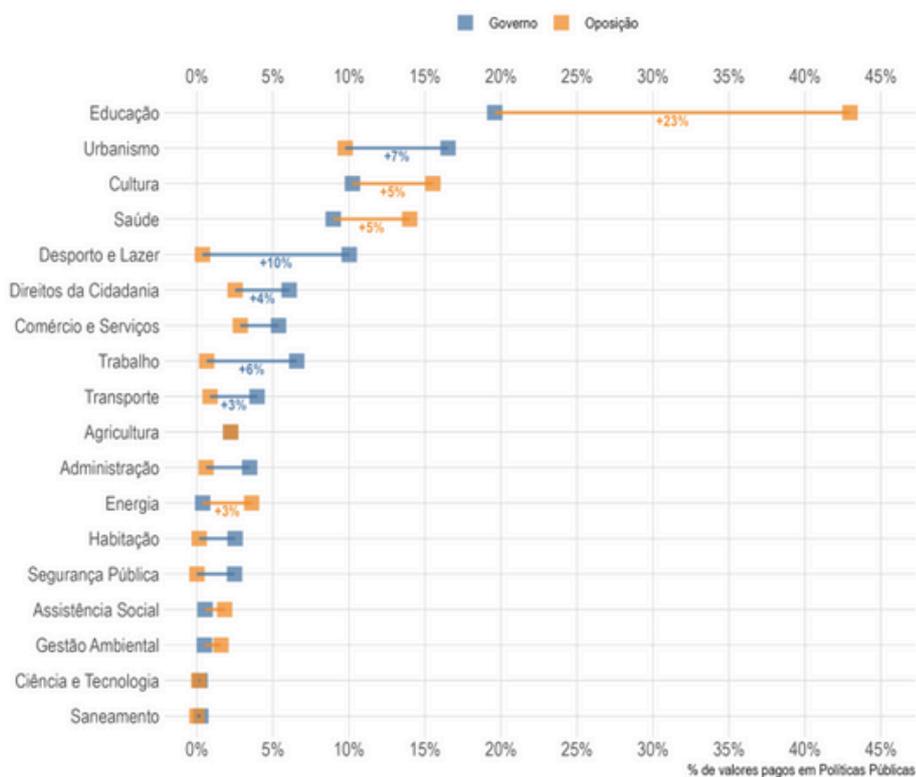
Nota: Os percentuais foram calculados com base na relação entre as diferentes etapas da execução orçamentária: Empenhado foi obtido dividindo o valor empenhado pelo autorizado (empenhado/autorizado), Liquidado foi calculado pela razão entre o liquidado e o empenhado (liquidado/empenhado), e Pago corresponde ao percentual de valores pagos sobre os liquidados (pago/liquidado).

A figura acima apresenta a evolução dos percentuais de execução orçamentária das emendas parlamentares no Distrito Federal entre 2016 e 2024, diferenciando os parlamentares do governo e da oposição. A primeira parte mostra o percentual empenhado, que tem um crescimento significativo ao longo dos anos, especialmente a partir de 2019, com oscilações mais evidentes para os parlamentares do governo. Já o percentual liquidado apresenta menor variação, mantendo-se próximo dos 80% a 90% ao longo do período, sem grandes discrepâncias entre governo e oposição. O percentual pago segue uma trajetória semelhante ao liquidado, com pequena diferença entre os dois grupos. Nota-se que, em geral, os percentuais de execução são altos, indicando que a maior parte das emendas parlamentares no DF é de fato empenhada, liquidada e paga. Contudo, a volatilidade no percentual empenhado sugere momentos de maior incerteza orçamentária ou mudanças na alocação de recursos. Além disso, a diferença entre governo e oposição é mais perceptível no início da série histórica, mas se reduz ao longo do tempo.

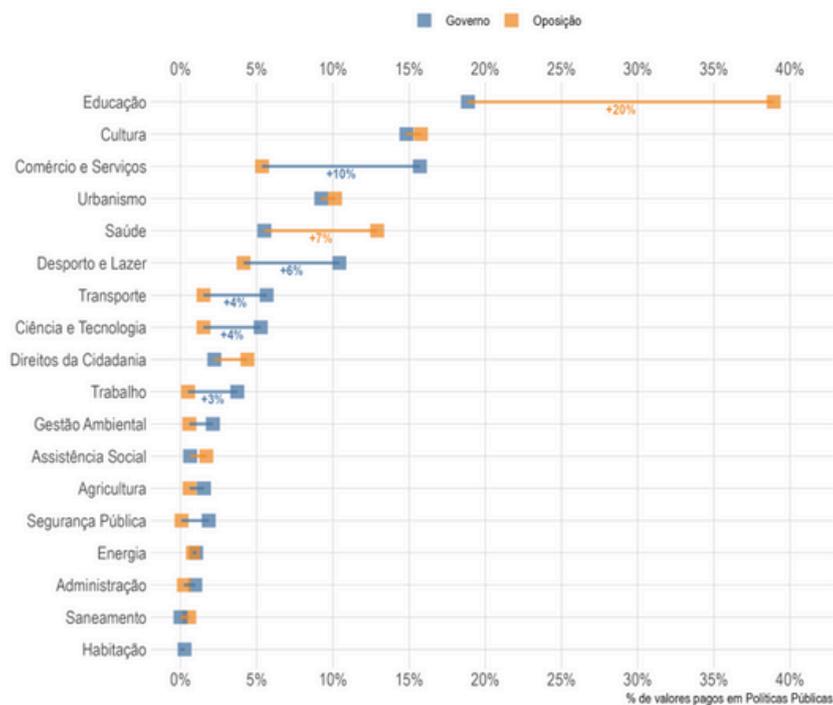
Figura 12. Percentuais de valores pagos por política pública, de acordo com parlamentares que compõem o governo e a oposição, por mandato (2016-2024)



Governo Ibaneis I (2019-2022)



Governo Ibaneis II (2023-2024)



Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: Os valores destacados sobre as barras representam a diferença de percentual entre Governo e Oposição. Diferenças inferiores a 2% foram omitidas da legenda, para facilitar a visualização.

A Figura 12 detalha a alocação de recursos pagos em políticas públicas a partir de emendas parlamentares, discriminando os percentuais associados a parlamentares alinhados ao governo e à oposição em três mandatos distintos. Os dados revelam importantes distinções nas prioridades políticas entre governo e oposição ao longo do tempo.

Durante o governo Rollemberg I (2016–2018), observa-se maior concentração de recursos da oposição em áreas como Urbanismo (35%), Educação (27%) e Saúde (23%), enquanto os parlamentares da base governista priorizaram Direitos da Cidadania (19%), Educação (21%) e Saúde (13%). A maior diferença positiva para o governo ocorreu em Direitos da Cidadania (+19%), enquanto a oposição concentrou mais recursos em Urbanismo (+16%) e Cultura (+10%).

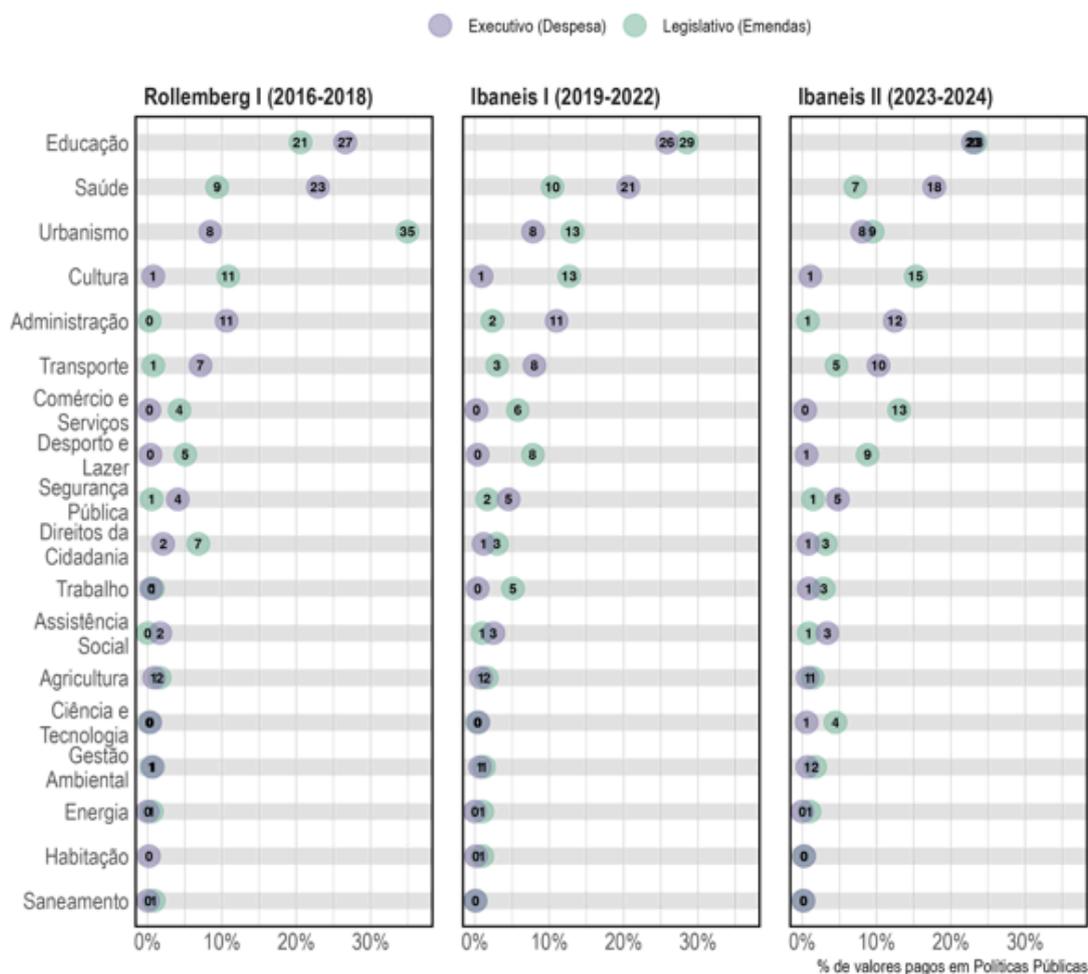
No mandato seguinte, Ibaneis I (2019–2022), a oposição manteve forte concentração de recursos em Educação (43%), com vantagem de +23% em relação ao governo. Em contraste, os parlamentares governistas distribuíram de forma mais equilibrada os valores entre áreas como Desporto e Lazer (10%), Direitos da Cidadania (10%), Urbanismo (7%) e Cultura (7%), indicando uma dispersão maior das prioridades. Esse mandato marca o auge da assimetria entre governo e oposição na definição de políticas públicas via emendas.

Por fim, no mandato mais recente, Ibaneis II (2023–2024), a oposição novamente concentrou esforços em Educação (38%), com +20% de diferença em relação ao governo. Este último voltou a dividir os recursos entre áreas como Comércio e Serviços (15%), Urbanismo (10%), Saúde (8%) e Desporto e Lazer (8%), mantendo padrão semelhante ao período anterior. A oposição se mostrou mais concentrada, enquanto a base governista seguiu uma lógica de alocação mais distribuída, com destaque também para Transporte, Ciência e Tecnologia e Direitos da Cidadania (todos com 4%).

De modo geral, os gráficos revelam que a oposição concentrou esforços em políticas com alto apelo público, especialmente Educação, enquanto o governo adotou uma postura mais diversificada na alocação dos recursos, com foco em áreas sociais, mobilidade e cidadania. As diferenças sugerem estratégias distintas de visibilidade e controle político do orçamento, com efeitos relevantes sobre a entrega de políticas públicas.

Nossa última análise de autoria diferencia os padrões alocativos do Poder Executivo e Poder Legislativo. Assim, comparamos as emendas com o restante do orçamento anual.

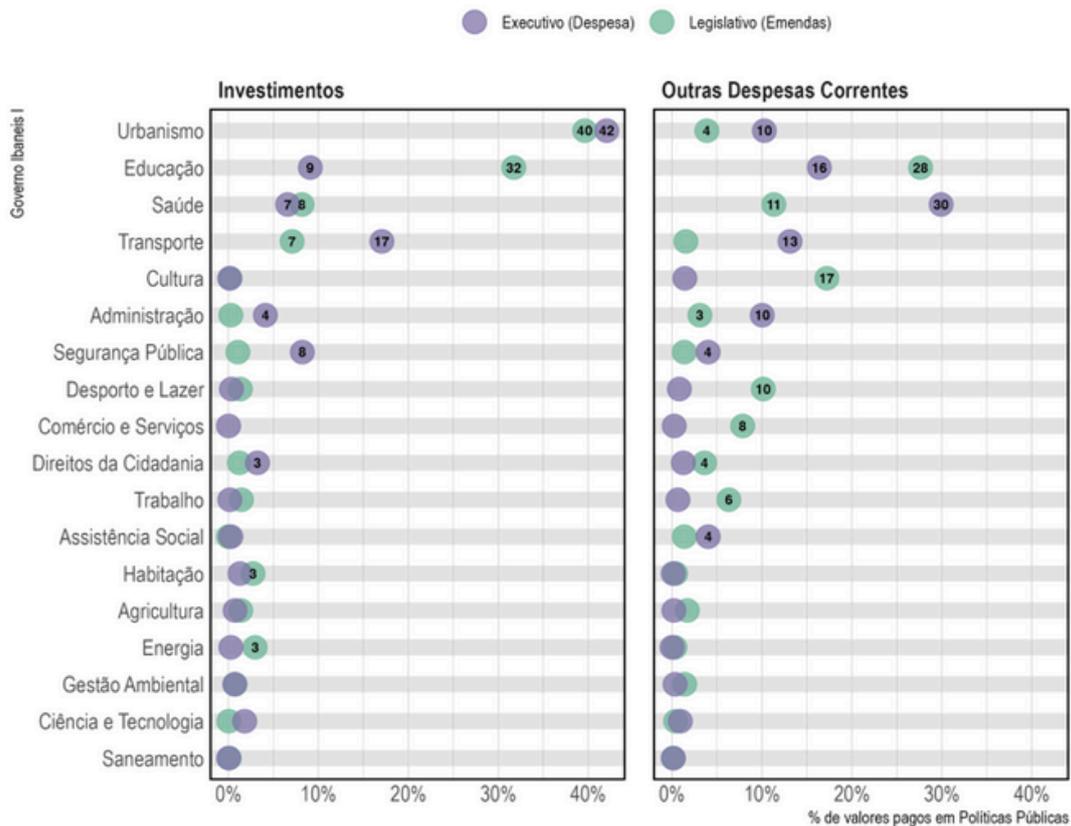
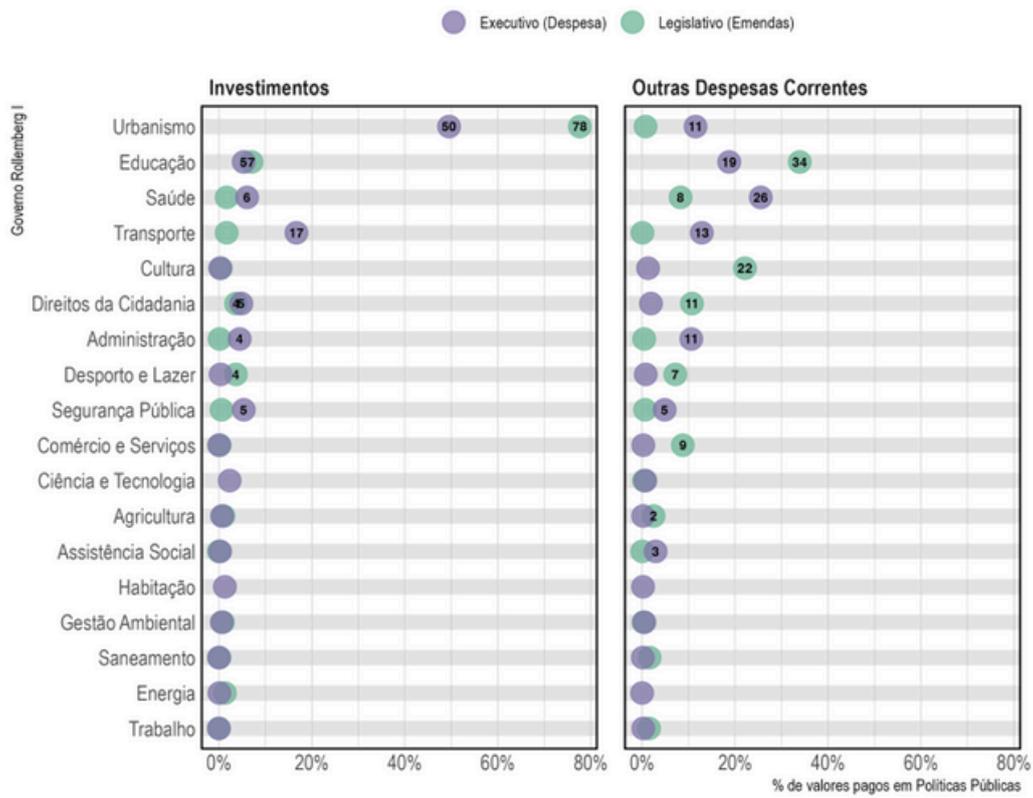
Figura 13. Percentuais de valores pagos por política pública, segundo o executivo e o legislativo, por mandato (2016-2024)

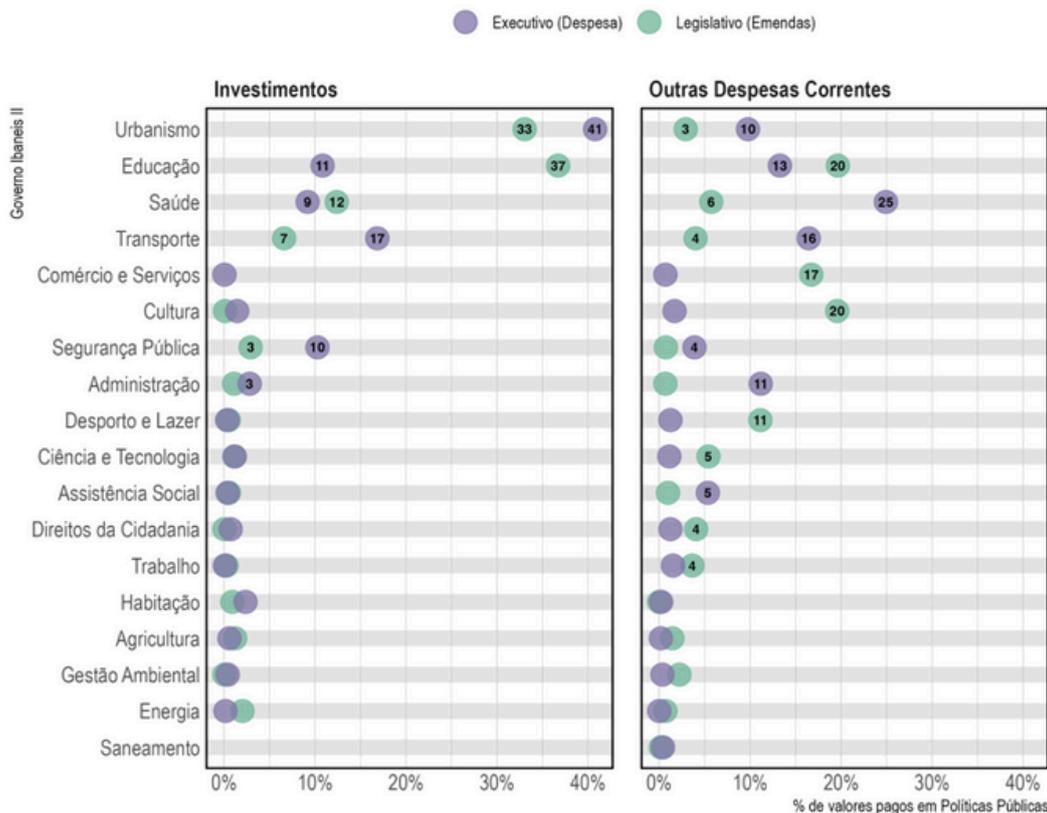


Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: A análise inclui apenas as funções que constam nas emendas parlamentares. A função da Previdência Social foi excluída, pois está presente apenas na execução direta do Executivo.

Figura 14. Percentuais de valores pagos por política pública, segundo o executivo e o legislativo e segundo natureza da despesa, por mandato (2016-2024)





Fonte: Portal da Transparência GDF, 2025.

Nota: A análise considera apenas as funções com as 10 maiores médias percentuais, permitindo uma comparação mais clara entre o legislativo e o executivo dentro de cada natureza de despesa. Valores inferiores a 2% foram omitidos da legenda, para facilitar a visualização.

Os gráficos apresentados mostram a distribuição percentual dos valores pagos por políticas públicas segundo o Executivo (despesas) e o Legislativo (emendas), por tipo de despesa (Investimentos e Outras Despesas Correntes), ao longo dos mandatos de 2016 a 2024: Governo Rollemberg (2016–2018), Governo Ibaneis I (2019–2022) e Governo Ibaneis II (2023–2024).

No Governo Rollemberg, observa-se uma forte concentração dos investimentos do Executivo em áreas como Urbanismo (50%) e Educação (57%). Já o Legislativo concentrou suas emendas majoritariamente em Urbanismo (78%), demonstrando um alinhamento significativo com o Executivo nesse aspecto. Em “Outras Despesas Correntes”, a Saúde (34%) foi a área mais contemplada pelas emendas legislativas, enquanto o Executivo distribuiu seus gastos de forma mais dispersa, com destaque para Saúde (26%) e Cultura (22%).

Durante o Governo Ibaneis I, houve uma redução nas concentrações percentuais em investimentos por parte do Executivo, com a distribuição mais equilibrada entre Saúde, Transporte e Segurança Pública. O Legislativo, por sua vez, deu ênfase em Urbanismo (33%) e Educação (37%). Nas “Outras Despesas Correntes”, ambos os poderes mantiveram Saúde como prioridade, mas com valores menores em comparação ao governo anterior. Cultura, Educação e Assistência Social também receberam destaque nesse período.

Já no Governo Ibaneis II, que representa um período mais recente e menor em duração, tanto Executivo quanto Legislativo voltaram a priorizar Urbanismo e Educação nos investimentos, com percentuais bastante próximos (por exemplo, 42% do Executivo em Urbanismo e 40% do Legislativo). Em “Outras Despesas Correntes”, novamente se destaca a Saúde, além de Educação e Cultura, mantendo um padrão de continuidade nas áreas prioritárias.

De modo geral, nota-se que Urbanismo, Educação e Saúde são áreas frequentemente priorizadas tanto por Executivo quanto por Legislativo ao longo dos mandatos, especialmente em termos de investimentos. Em contrapartida, áreas como Trabalho, Energia e Ciência e Tecnologia tiveram baixa incidência de gastos significativos. A sobreposição ou divergência nas prioridades entre os dois poderes variam de governo para governo, mas há uma tendência de certo alinhamento nas principais funções, sobretudo nos investimentos.

4. Discussão

Com base na análise das emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal entre 2016 e 2024, este estudo conclui que o Poder Legislativo Distrital desempenha um papel cada vez mais significativo na formulação e execução de políticas públicas locais através da alocação de recursos orçamentários. A pesquisa demonstrou que as inovações institucionais como o SISCONEP e o SisCAEP estão relacionados com um aumento na execução orçamentária das emendas a partir de 2019-2021, sugerindo maior efetividade e transparência na destinação de recursos.

Ademais, no que trata do conteúdo das emendas, indicando as preferências do Poder Legislativo Distrital, observou-se uma mudança na natureza do gasto, com um crescimento expressivo das despesas correntes financiadas por emendas, em contraste com certa estabilidade dos investimentos. As áreas de Educação, Urbanismo e Cultura foram as principais beneficiárias dos recursos pagos via emendas, com dinâmicas específicas em programas como Educa Mais Brasília/Educadf e Capital Cultural, que evidenciaram descontinuidades e continuidades programáticas, respectivamente.

A análise da autoria revelou que a oposição tendeu a concentrar seus recursos em políticas de alto apelo público, como a Educação, enquanto o governo adotou uma alocação mais diversificada. Finalmente, ao comparar a alocação de recursos entre o Legislativo e o Executivo, constatou-se que o Legislativo priorizou áreas como Educação, Saúde e Urbanismo em suas emendas, enquanto o Executivo manteve uma distribuição mais ampla entre diversas funções. Em suma, este estudo pioneiro no âmbito local do DF reforça a importância de considerar o papel do Poder Legislativo na governança e na inovação em políticas públicas, evidenciando o impacto das emendas parlamentares e das ferramentas de governança orçamentária na alocação de recursos e nas prioridades políticas distritais.

5. Referências

ABERS, R. From clientelism to cooperation: Local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brazil. *Politics & Society*, v. 26, n. 4, p. 511-537, 1998.

ARANGUREN, M. J.; LARREA, M.; WILSON, J. Learning from the Local: Governance of Networks for Innovation in the Basque Country. *European Planning Studies*, v. 18, n. 1, p. 47-65, 2009.

BEDSWORTH, L.; HANAK, E. Climate policy at the local level: Insights from California. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 3, p. 664-677, 2013.

BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C.; RENNO, L. Pork is policy: Dissipative inclusion at the local level. *Governance*, v. 31, p. 701-720, 2018.

BONFIM, R.; LUZ, J.; VASQUEZ, V. Mandatory Individual Amendments: a Change in the Pattern of Executive Dominance in the Brazilian Budgetary and Financial Cycle. *Brazilian Political Science Review*, v. 17, n. 2, 2023.

BRASIL. Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Memória e história: blocos e líderes. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/memoria-e-historia-blocos-e-lideres>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Portal da Transparência do DF: Despesas com emendas parlamentares. Disponível em: <https://www.transparencia.df.gov.br/#/despesas/emendas-parlamentares>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FARIA, R. Emendas Parlamentares e Processo Orçamentário no Presidencialismo de Coalizão. São Paulo: Edgar Bücher, 2023.

GUGLIELMIN, M. et al. A scoping review of the implementation of health in all policies at the local level. *Health Policy*, v. 122, n. 3, p. 284-292, 2018.

HÄIKIÖ, L. From Innovation to Convention: Legitimate Citizen Participation in Local Governance. *Local Government Studies*, v. 38, n. 4, p. 415-435, 2012.

KIM, S. A participatory local governance approach to social innovation: A case study of Seongbuk-gu, South Korea. *Environment and Planning C*, v. 40, n. 1, p. 201-220, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/23996544211005784>. (Trabalho original publicado em 2022).

KOSTKA, G. Barriers to the Implementation of Environmental Policies at the Local Level in China. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 7016, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2487614>.

MEIRELES, Fernando; SILVA, Denisson; COSTA, Beatriz. ElectionsBR: R functions to download and clean Brazilian electoral data. Cited on, p. 3, 2016. Acesso em: 24 mar. 2025.

MESQUITA, L.; SILOTTO, G.; LUZ, J.; HUBERT, P. Emendas Individuais e Concentração de Votos: Uma Análise Exploratória. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 23, n. 2, 2015.

SAICH, T.; YANG, X. Innovation in China's Local Governance: "Open Recommendation and Selection." Pacific Affairs, v. 76, n. 2, p. 185–208, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40024390>.

SILVA, A. S. D. et al. Transferências federais por emendas parlamentares aos municípios: implicações para o financiamento do SUS. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 7, p. e03152024, 2024.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL – BRASIL. Raio-X das emendas parlamentares ao orçamento – nível estadual. Coord. Guilherme France. Autoria: Gabriella da Costa, Guilherme France. Revisão: Vicente Melo. Diagramação e capa: Guto Rodrigues. São Paulo: Transparência Internacional – Brasil, 2024.

TEETS, J. C.; NOESSELT, N. The state of the field for governance and policy innovation in China. Journal of Chinese Governance, v. 5, n. 4, p. 413–418, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23812346.2020.1799641>.

WIKIPÉDIA. Lista de deputados distritais do Distrito Federal da 7.ª e 8.ª legislaturas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_deputados_distritais_do_Distrito_Federal_da_7.%C2%AA_legislatura. Acesso em: 24 mar. 2025.

